

MC Energia Renovável S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 e Relatório dos Auditores Independentes

Índice

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	2
Balanco Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
1) A Companhia e suas operações	11
2) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	12
4) Estimativas e julgamentos críticos	15
5) Novas Normas e Interpretações vigentes e não vigentes	16
6) Caixa e equivalentes de caixa	18
7) Imposto de renda e contribuição social	18
8) Investimentos	20
9) Estoque.....	21
10) Imobilizado.....	22
11) Planta portadora.....	23
12) Intangível.....	24
13) Fornecedores	25
14) Tributos a pagar	27
15) Partes Relacionadas	27
16) Empréstimos e Financiamentos	29
17) Salários e encargos sociais.....	31
18) Outros passivos.....	31
19) Patrimônio líquido negativo.....	32
20) Despesas gerais e administrativas.....	33
21) Resultado financeiro líquido	33
22) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade	34
23) Transações não envolvendo caixa	37
24) Eventos subsequentes.....	38

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
MC Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MC Energia Renovável S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MC Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contexto operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que informa que a controlada Acelen Energia Renovável S.A. se encontra em fase pré-operacional, com o início da construção de sua biorrefinaria. A controlada está direcionando seus esforços e investimentos ao desenvolvimento da infraestrutura produtiva, à aquisição de ativos e à preparação para o início das operações. Conseqüentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

MC Energia Renovável S.A.

Balço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	57.012	234.392	2.527	85.757
Estoque	9	51.216	16.101	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	7.a	6.134	1.961	1.959	236
Tributos a recuperar	14	-	473	-	-
Despesas antecipadas		1	1	1	1
Outros créditos		6.875	7.645	-	-
		121.238	260.573	4.487	85.994
Não circulante					
Tributos a recuperar	14	26.154	7.328	-	-
Investimentos	8	-	-	-	79.751
Imobilizado	10	286.630	170.433	-	-
Intangível	12	120.939	9.457	-	-
Direito de uso		2.532	-	-	-
Planta portadora	11	20.846	-	-	-
		457.101	187.218	-	79.751
Total do ativo		578.339	447.792	4.487	165.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MC Energia Renovável S.A.

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido negativo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13.a	67.963	46.630	10	48
Fornecedores - reverse factoring	13.b	4.142	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.797	-	-	-
Salários e encargos sociais	17	26.305	18.086	-	-
Empréstimos e financiamento	15	496.002	59.355	195.561	-
Outras obrigações tributárias	14	1.824	1.338	3	94
Partes relacionadas	15.a e c	211.629	26.554	211.629	26.554
Outros passivos	18	42.108	44.656	-	-
		851.770	196.619	407.203	26.696
Passivo não circulante					
Provisão para perdas em investimento	8	-	-	164.890	-
Arrendamento mercantil		880	-	-	-
Empréstimos e financiamento	16	293.295	307.182	-	195.058
Partes relacionadas	15.c	-	185.751	-	185.751
		294.175	492.933	164.890	380.809
Patrimônio líquido negativo	19				
Capital social		1	1	1	1
Prejuízo acumulado		(567.607)	(241.760)	(567.607)	(241.760)
		(567.606)	(241.759)	(567.606)	(241.759)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		578.339	447.792	4.487	165.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MC Energia Renovável S.A.

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota s	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Despesas					
Outras despesas, líquidas	21	(4.290)	(1.154)	(11)	(1.154)
Despesas gerais e administrativas	21	(276.987)	(149.621)	(1.427)	(3.151)
Resultado de participações societárias		-	-	(328.039)	(148.222)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(281.277)	(150.775)	(329.477)	(152.527)
Resultado financeiro, líquido					
Outros resultados financeiros, líquido	21	44.498	(61.230)	45.869	(61.303)
Receitas financeiras	21	20.064	11.201	4.704	5.115
Despesas financeiras	21	(107.907)	(37.918)	(45.933)	(30.231)
		(43.345)	(87.946)	4.639	(86.419)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(324.622)	(238.721)	(324.838)	(238.946)
IRPJ e CSLL diferidos	7	-	(225)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	7	(1.225)	(192)	(1.009)	(192)
Prejuízo do exercício		(325.847)	(239.138)	(325.847)	(239.138)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$		(815)	(598)	(815)	(598)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MC Energia Renovável S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	<u>(325.847)</u>	<u>(239.138)</u>	<u>(325.847)</u>	<u>(239.138)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(325.847)</u>	<u>(239.138)</u>	<u>(325.847)</u>	<u>(239.138)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MC Energia Renovável S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1</u>	<u>(2.622)</u>	<u>(2.621)</u>
	-		-
Prejuízo do período	-	(239.138)	(239.138)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1</u>	<u>(241.760)</u>	<u>(241.759)</u>
	-		-
Prejuízo do período	-	(325.847)	(325.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>1</u>	<u>(567.607)</u>	<u>(567.606)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MC Energia Renovável S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(324.622)	(238.721)	(324.838)	(238.946)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização (nota 10 e 12)	8.185	296	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	328.039	148.221
Varição cambial não realizada (Notas 15 b e 16)	(45.837)	61.230	(45.837)	61.303
Outros resultados financeiros líquidos	(4.704)	(11.201)	(4.704)	(5.115)
Juros sobre empréstimos (Nota 15 b e 16)	45.713	37.670	45.713	29.984
Resultado financeiro líquido	47.984	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.009)	(192)	(1.009)	(192)
	(274.290)	(150.918)	(2.636)	(4.745)
Varição dos ativos e passivos operacionais:				
Estoques	(33.743)	(16.101)	-	-
Outros tributos a recuperar e a pagar, líquidos	(20.815)	(8.398)	(590)	(143)
Outros ativos	770	(7.644)	-	-
Despesas antecipadas	-	(1)	-	(1)
Fornecedores	(21.062)	24.617	(38)	46
Reverse factoring de fornecedores	4.053	-	-	-
Salários e encargos sociais	8.219	18.086	-	-
Outros passivos	(2.548)	44.656	-	-
Caixa Aplicado nas operações	(339.416)	(95.704)	(3.264)	(4.843)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.441)	-	(1.225)	-
IOF pagos	(6.327)	-	-	-
Rendimento de aplicações financeiras recebidos	20.064	11.200	4.705	5.115
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(327.120)	(84.503)	216	272
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao imobilizado, plantas portadoras e intangível	(233.463)	(165.496)	-	-
Aquisição de participações em sociedades	-	-	(83.398)	(83.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(233.463)	(165.496)	(83.398)	(83.500)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	419.069	348.750	-	168.750
Partes Relacionadas	(48)	36	(48)	36
Custos de captação sobre empréstimos (nota 16)	(8.570)	(8.814)	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos (nota 16)	(12.500)	-	-	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos (nota 16)	(10.596)	-	-	-
Juros pagos de fornecedor	(2.931)	-	-	-
Pagamento de arrendamento	(1.221)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	383.203	339.972	(48)	168.785
Aumento saldo de caixa e equivalentes de caixa	(177.380)	89.973	(83.230)	85.557

MC Energia Renovável S.A.

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	234.392	144.419	85.757	200
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>57.012</u>	<u>234.392</u>	<u>2.527</u>	<u>85.757</u>
Aumento saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(177.380)</u>	<u>89.973</u>	<u>(83.230)</u>	<u>85.557</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1) A Companhia e suas operações

A MC Energia Renovável S.A. (“MC Renovável” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima, de capital fechado, constituída em 18 de maio de 2023, com sede na cidade do Rio de Janeiro- Estado do Rio de Janeiro, Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, sala 401 A, tendo como objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista e quotista.

Em 17 de novembro de 2023, a Companhia adquiriu o controle da Companhia Acelen Energia Renovável S.A. mediante a emissão de 144.910.000 (cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 144.910, tornando-se a única sócia investidora.

O acionista controlador da Companhia é a MC Brazil Renewable Energy Fundo de investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada.

Acelen Energia Renovável S.A.(“Acelen Renovável” ou “Controlada”)

A Acelen Energia Renovável S.A. (“Acelen Renovável” ou “Controlada”), é uma sociedade anônima, de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2023 e adquirida em 17 de julho de 2023, com sede e foro na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, n° 14.171, andar 26. No período, a Controlada encontra-se em fase pré-operacional, durante a qual está em processo de estruturação e preparação para iniciar suas atividades. Seu objetivo principal é a produção, distribuição e comercialização de uma variedade de produtos agrícolas, incluindo óleos de polpa, amêndoa, óleo de amêndoa, tortas de polpa, torta de amêndoa, casca de noz, casca de fruto, cacho vazio, sementes germinadas de macaúba, mudas de macaúba e mudas de dendê; produção, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de óleo vegetal hidrotratado (HVO) e combustível para aviação sustentável (SAF); estudo, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento e geração de energia elétrica associada à produção de biocombustíveis; exploração agrícola em terras próprias ou de terceiros; estudo, planejamento, construção, operação, manutenção e exploração de unidades de pré-tratamento e hidroprocessamento; atividades correlatas ao seu objeto social; participação em outras sociedades e/ou fundos de investimento.

No exercício de 2025, a Acelen Renovável inaugurou o Agripark, localizado em Montes Claros, Minas Gerais. O Agripark funciona como um hub de pesquisa e desenvolvimento, concentrando-se no aprimoramento das técnicas de cultivo e colheita da macaúba, na pesquisa sobre aprimoramento genético e no desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar a eficiência da produção em larga escala. O Agripark também possui infraestrutura para germinar de 1,7 milhão de sementes por mês e produzir de 10 milhões de pré-mudas por ano, escala necessária para suportar o desenvolvimento do projeto.

A Acelen Renovável constituiu suas subsidiárias, Acelen Agro S.A. (“Acelen Agro”) e Acelen Industrial S.A. (“Acelen Industrial”), no primeiro semestre de 2024 e detém a totalidade da participação em ambas (para maiores detalhes, vide Nota 6). Para fins dessas demonstrações financeiras consolidadas, a Controladora e suas subsidiárias são denominadas como Companhia, exceto se indicado de outra forma.

MC Energia Renovável S.A.

A Acelen Industrial está atualmente na fase pré-operacional com o início da construção da biorrefinaria, focando seus esforços e investimentos no desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária, aquisição de ativos e preparação para o início de suas operações, com capacidade projetada para processar 20 kbpd (mil barris por dia). Esta biorrefinaria será destinada à produção de Combustível de Aviação Sustentável (SAF) e Óleo Vegetal Hidratado (HVO) e é considerada crucial para a transformação do “*feedstock*” (matéria-prima) para biocombustíveis de alta qualidade, visando atender à crescente demanda por soluções energéticas sustentáveis. O início das operações da biorrefinaria está previsto para o primeiro semestre de 2029, quando serão utilizadas outras matérias-primas enquanto a plantação da macaúba está em fase de desenvolvimento. Espera-se uma transição gradual até a biorrefinaria operar apenas com o óleo de macaúba como matéria-prima.

As operações voltadas para o agronegócio consistem em plantio de macaúba para produção e comercialização do óleo do fruto. E temos óleo de polpa, óleo de amêndoa, torta da polpa (resultado do processo de esmagamento da polpa), torta da amêndoa (resultado do processo de esmagamento da amêndoa) e casca do fruto e endocarpo/casca de noz. A Acelen Agro está atualmente na fase pré-operacional, focando seus esforços e investimentos no desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária, aquisição de ativos e preparação para o início de suas operações. Em 2025, a Acelen Agro assinou dois contratos na modalidade de direito real de superfície em fazendas, ambas localizadas no Brasil.

Durante este estágio inicial, ainda não há geração de receitas, mas os ativos estão sendo alocados de maneira estratégica, conforme o plano de negócios previamente aprovado, para garantir a viabilidade e o sucesso das operações futuras. Esta abordagem cuidadosa e planejada visa assegurar que, uma vez iniciadas, as operações possam ser conduzidas de forma eficiente e sustentável, alinhadas aos objetivos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, o Consolidado apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 327.816 (positivo em R\$ 4.657 em 31 dezembro de 2024), principalmente em função do saldo de empréstimos e financiamentos. A Administração analisou em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, onde os aportes necessários são realizados pelo Acionista, conforme evidenciado na Nota 29 de evento subsequente com o aporte de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia não possui limitações na obtenção de financiamentos e está realizando uma reestruturação das dívidas para captação de novos recursos de longo prazo.

Como mencionado acima, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional contando com aportes de seu Acionista, de forma que a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

2) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

MC Energia Renovável S.A.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido negativo consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido negativo e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos (“impairment”). O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto pelas mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos críticos que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados em suas respectivas notas.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras no dia 29 de abril de 2026.

a. Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o disposto no IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem informações da Companhia e de sua Controlada.

O controle sobre uma investida é obtido quando a Companhia possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- iii) A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

As Demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas Demonstrações financeiras individuais da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentadas abaixo:

Companhia investida	% de Participação	
	31/12/2025	31/12/2024
<i>Controladas diretas:</i>		
Acelen Energia Renovável S.A.	100,00%	100,00%
<i>Controladas indiretas:</i>		
Acelen Agro S.A.	100,00%	100,00%
Acelen Industrial S.A.	100,00%	100,00%

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$” ou “BRL”), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

As transações em moeda estrangeira da Controlada são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3) Políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas políticas contábeis materiais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

Sumário das políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, exceto para os instrumentos financeiros que estão apresentados como segue:

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Ativos financeiros – Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

Passivo financeiro – Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

Passivo financeiro – Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

A Companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

4) Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, considerados razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

MC Energia Renovável S.A.

Após a avaliação da Companhia, não foram identificadas estimativas relevantes.

5) Novas Normas e Interpretações vigentes e não vigentes

a. Alterações em normas e interpretações em vigor

A Empresa avaliou a aplicação de certas normas e alterações, que são válidas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025.

A seguinte alteração de normas foi apreciada:

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

- CPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO), estabelece orientações contábeis relacionadas ao reconhecimento, com vigência em 1º de janeiro de 2025, e mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO), aplicáveis às entidades atuantes no mercado brasileiro.

A referidas alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Empresa.

b. Normas e interpretações não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2026 em diante. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- a) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: alterações ao IFRS 9 - Instrumentos financeiros e IFRS 7 - Instrumentos financeiros: evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

(i) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(ii) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(iii) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(iv) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

b) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Empresa. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Empresa, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.
- A Empresa não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

c) Reforma tributária sobre consumo: A reforma tributária sobre o consumo foi aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20/12/2023 (EC 132/23) e produz expressivas mudanças no Sistema Tributário Nacional, trazendo, de forma especial, a simplificação da legislação fiscal, por meio de unificação de tributos.

Recentemente, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68/2024) foi convertido na Lei Complementar nº 214/2025 (LC 214/2025), regulamentando diversos aspectos, entre eles a forma de apuração e o recolhimento, e estabelece normas específicas para a implementação, além de outros detalhes operacionais cruciais para o funcionamento do novo sistema tributário. No entanto, ainda aguardamos as definições das alíquotas, bem como a alíquota padrão a ser utilizada.

O modelo da Reforma se baseia em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, dividido em duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) que substituirá o PIS, COFINS e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e ISS. Adicionalmente, foi instituído um Imposto Seletivo (IS) de competência federal, o qual incidirá sobre os bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

O período de transição está previsto para os anos de 2027 e 2032, onde o modelo antigo e novo modelo existirão em conjunto.

MC Energia Renovável S.A.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

6) Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	134	20	-	-
Aplicação financeira	56.878	234.372	2.527	85.757
Total	57.012	234.392	2.527	85.757

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco.

Em 2025 as aplicações financeiras estavam alocadas em CDB (Certificado de Depósito Bancário), com rentabilidade de 97,00% do CDI (99,76% em 2024) para a Controlada e 98,05% do CDI (99,76% em 2024) para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Acelen Renovável mantinha o montante de R\$ 29.363 depositado em conta de investimento de curto prazo (conta reserva - *escrow*) junto ao Banco do Brasil e ao Itaú com restrição de uso, constituído como garantia financeira, destinada à aquisição de terras para plantio de macaúba. A liberação dos recursos está condicionada à formalização das garantias contratuais previstas na operação, não estando o referido montante disponível para uso geral nas atividades operacionais da Acelen Renovável, cuja previsão de utilização é dentro dos próximos 90 dias, nos termos do IAS 7 /CPC 03 (R2).

Política contábil material

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia e sua Controlada são classificadas pelo custo amortizado, sendo de alta liquidez, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

7) Imposto de renda e contribuição social

a. Posição patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado do exercício, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

Os tributos sobre o prejuízo são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o ano de 2024 teve IR adicional (15% IRPJ, 10% IRPJ adicional e 9% CSLL), sendo retirada a parcela de IR adicional do lucro até 240 mil.

Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e a sua compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano.

As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros.

MC Energia Renovável S.A.

Os saldos, líquidos, de imposto de renda e contribuição social estão apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda a recuperar	6.082	1.961	1.907	236
Contribuição social a recuperar	52	-	52	-
Ativo	6.134	1.961	1.959	236
Ativo circulante	6.134	1.961	1.959	236

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	107.549	44.922
Provisões	3.528	6.064
Variação cambial de ativos e passivos	574	-
Taxa de depreciação e amortização	(182)	-
Arrendamento	49	-
Ativo fiscal diferido	111.518	50.986
Provisão para perda de ativos fiscais diferidos	(111.518)	(50.986)
Ativo fiscal diferido	-	-
Ativo fiscal diferido	-	-

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos no resultado

A Controlada considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico da Companhia.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(324.622)	(238.721)	(324.838)	(238.946)
Tributos as alíquotas da legislação - 34%	110.395	81.139	110.469	81.266
Juros passivos de empréstimos	(15.542)	(10.195)	(15.542)	(10.195)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(111.534)	(50.395)
Variação Cambial não realizada	15.585	(20.843)	15.585	(20.843)
Outras despesas permanentes	-	(24)	-	(24)
Outras adições temporárias	13	(16)	13	(16)

MC Energia Renovável S.A.

Compensação dos prejuízos fiscais	-	15	-	15
Lei do Bem ⁽¹⁾	2.315	440	-	-
Adição de ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(111.518)	(50.986)	-	-
Doações e patrocínios	(2.182)	-	-	-
Atualização de Créditos fiscais	86	-	-	-
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(216)	-	-	-
Lucros não realizados	(160)	-	-	-
Outros itens permanentes	(1)	2	-	-
Tributos sobre o lucro/prejuízo	(1.225)	(417)	(1.009)	192
Alíquota efetiva	34%	34%	33%	30%
Corrente	(1.225)	(192)	(1.009)	(192)
Diferido	-	(225)	-	-

No exercício de 2025, a Companhia optou pelo regime fiscal de lucro real anual e a Controlada optou pelo regime fiscal de lucro real trimestral variação cambial pelo regime caixa.

Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do período, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido negativo. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e, quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

8) Investimentos (Provisão para perdas em investimentos)

	<u>Controladora</u>
	<u>2024</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	79.751
Resultado de participações societárias (1)	(328.039)
Aumento de Capital Social	83.398
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(164.890)

Em 17 de novembro de 2023, a Companhia aportou um montante de R\$ 144.910 na Acelen Renovável. Por meio da emissão de 144.910.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

MC Energia Renovável S.A.

O saldo do investimento é atualizado mensalmente pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, o valor é de R\$ (164.890), conforme abaixo:

Controladora					
Subsidiárias	País	Moeda funcional	% de participação	Saldo em 31/12/2025	Resultado do período (1)
MC ACELEN	Brazil	BRL	100,00	(164.890)	(328.039)

(1) Resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2025.

9) Estoque

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima ⁽¹⁾	28.499	6.018
Produtos acabados	765	-
Materiais e suprimentos	2.411	609
	31.675	6.627
Adiantamento a Fornecedores ⁽²⁾	19.541	9.474
	51.216	16.101
Circulante	51.216	16.101

(1) Compreende as sementes, pré-mudas e frutos de Macaúba.

(2) Compreende desembolso antecipado para aquisição de matéria-prima e produtos para revenda.

A Controlada realizou aquisição de frutos oriundos de maciços (“bosques”) de macaúba espalhados pelo Brasil, que serão destinados nesse primeiro momento do projeto a germinação e produção de novas mudas e após seu ciclo de maturação e começo de safra, com estimativa de no mínimo de 5 anos para primeira colheita, os frutos serão colhidos e endereçado para o esmagamento e produção do óleo de macaúba. Todos os custos incorridos desde a produção da muda ou aquisição de terceiros, até a data de plantio são transferidos para o imobilizado e contabilizados ao custo da planta portadora, quando ocorrer o plantio das mudas no solo. Nesse contexto o grupo de matéria prima inclui:

a) Frutos de macaúba - Frutos oriundos de aquisição de cachos com intuito para o cultivo, pesquisa e outras finalidades;

b) Sementes de macaúba - São utilizadas para cultivo ou outras finalidades, como pesquisa e melhoramento genético;

c) Pré-mudas de macaúba - Plantas jovens em estágio inicial de desenvolvimento, preparadas para serem transferidas para um ambiente de crescimento em estágio avançado; e

d) Mudanças de macaúba - Plantas já desenvolvidas e prontas para o plantio em larga escala, utilizadas para reflorestamento, produção de frutos e ampliação de cultivos, que futuramente serão destinados para cultivo, pesquisa ou outras finalidades.

Prática contábil material

O estoque em 31 de dezembro de 2025 é composto principalmente por frutos, sementes, pré-mudas e mudas de Macaúba, registradas pelo custo histórico na aquisição, considerando que a Controlada ainda não possui produtos intermediários ou acabados.

A Companhia anualmente realiza avaliação para constituição de provisão de ajuste ao valor realizável líquido. No entanto, no período em questão, não houve necessidade de constituição de provisão, uma vez que os estoques se referem exclusivamente à matéria-prima, estando os itens registrados pelo custo de aquisição.

Os balanços patrimoniais individuais incluem a participação da Companhia em controlada contabilizada pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as práticas contábeis da Companhia, a partir da data que o controle é obtido até a data em que este é perdido.

10) Imobilizado

O ativo imobilizado da Controlada está representado da seguinte forma:

	Consolidado			Total
	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	-	176.105	176.105
Reclassificação	-	-	(5.636)	(5.636)
Transferência	-	2.275	(2.275)	-
Depreciação	-	(36)	-	(36)
	-	2.239	168.194	170.433
Custo	-	2.275	168.194	170.469
Depreciação acumulada	-	(36)	-	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	2.239	168.194	170.433
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	604	131.343	131.947
Transferência	121.451	71.823	(194.003)	-
Reclassificações ⁽²⁾	-	-	(10.707)	(10.707)
Depreciação	(2.681)	(2.362)	-	(5.043)
	118.770	72.304	95.556	286.630
Custo	121.451	74.702	95.556	291.709
Depreciação acumulada	(2.681)	(2.398)	-	(5.079)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	118.770	72.304	95.556	286.630
Média ponderada de vida útil	19 anos	15 anos	N/A	
Mínimo e máximo	18 a 25 anos	3 a 32 anos	N/A	

⁽¹⁾ Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 29, não impactando a demonstração dos fluxos de caixa;

⁽²⁾ Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, planta portadora e ativo biológico, conforme apre ntado nas respectivas notas explicativas.

MC Energia Renovável S.A.

Em 2025, a Controlada concluiu e inaugurou o Acelen Agripark, centro de tecnologia e inovação agroindustrial voltado ao desenvolvimento da cadeia produtiva da macaúba, localizado em Montes Claros, Minas Gerais. Os investimentos realizados na implantação do Agripark foram registrados no ativo imobilizado, de acordo com a natureza dos bens e em conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Acelen Renovável.

No exercício de 2025, a Controlada realizou investimentos em ativos em construção relacionados à implantação do Agripark na Controladora, na aquisição de máquinas agrícolas e às obras vinculadas às áreas sob direitos reais de superfície na Acelen Agro, bem como ao projeto da unidade industrial na Acelen Industrial. No decorrer do exercício, parte relevante desses valores foi reclassificada para as classes apropriadas de ativos, em função do avanço dos projetos, resultando na redução do saldo de ativos em construção ao final do exercício.

Prática contábil material

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - “*impairment*”.

Para nossos ativos não financeiros é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A depreciação dos componentes do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

Os ativos são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que não há indicativos de perda relacionada a estes ativos.

11) Planta Portadora

A planta portadora está representada da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>
	<u>Planta portadora</u>
	<u>em</u>
	<u>desenvolvimento</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-
Movimentação do período	
Adições ⁽¹⁾	10.486
Reclassificações ⁽²⁾	10.360
	20.846
Custo	20.846
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.846
Média ponderada de vida útil	N/A
Mínimo e máximo	N/A

⁽¹⁾ Refere-se a gastos diretamente atribuíveis à formação e desenvolvimento das plantas portadoras, incluindo mudas de macaúba, serviços de plantio e manejo;

⁽²⁾ Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, planta portadora e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

MC Energia Renovável S.A.

A Controlada mantém áreas plantadas com palmeiras de macaúba destinadas à produção de cachos de frutos frescos utilizados como matéria-prima para a produção de mudas, óleo de macaúba e coprodutos. As palmeiras são classificadas como plantas portadoras e registradas no ativo imobilizado, enquanto as áreas onde se encontram implantadas são objeto de contratos de direito real de superfície, reconhecidos no ativo intangível, conforme aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía áreas sob contratos de direito real de superfície, dos quais 441 hectares estavam ocupados por plantações de macaúba para fins de plantio comercial.

Política contábil material

As palmeiras de macaúba utilizadas na produção de cachos de frutos frescos são classificadas como plantas portadoras e registradas no ativo imobilizado, conforme IAS 16 / CPC 27 - Ativo Imobilizado, observando-se a mesma política contábil apresentada na Nota 10.

As plantas portadoras são reconhecidas ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição, formação ou desenvolvimento das palmeiras, incorridos até que atinjam o estágio de maturidade produtiva, são capitalizados como parte do custo do ativo, podendo incluir, quando se tornar aplicável, custos de empréstimos.

A depreciação das plantas portadoras é calculada pelo método linear, por refletir de forma mais adequada o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros associados à capacidade de produção de cachos de frutos frescos. As palmeiras são consideradas imaturas durante os primeiros cinco anos de desenvolvimento, e a vida útil produtiva, após a maturidade, é estimada em aproximadamente 25 anos, podendo variar em função de condições agrônômicas, práticas de manejo e fatores climáticos.

12) Intangível

O intangível está representado da seguinte forma:

	Consolidado			Total
	Software	Direitos e concessões	Intangível em desenvolvimento	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	1.427	2.654	4.081
Reclassificação	774	4.862	-	5.636
Transferências	2.632	-	(2.632)	-
Amortização	(233)	(27)	-	(260)
	3.173	6.262	22	9.457
Custo	3.406	6.289	22	9.717
Amortização acumulada	(233)	(27)	-	(260)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.173	6.262	22	9.457
Movimentação do exercício				
Adições ⁽²⁾	-	111.152	2.743	113.895
Transferências	4.508	(2.108)	(2.400)	-
Reclassificações ⁽³⁾	-	-	(365)	(365)
Amortização	(1.212)	(836)	-	(2.048)
	6.469	114.470	-	120.939
Custo	7.914	115.333	-	123.247

MC Energia Renovável S.A.

Amortização acumulada	(1.445)	(863)	-	(2.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.469	114.470	-	120.939
Média ponderada de vida útil	3 anos	97 anos	N/A	
Mínimo e máximo	3 a 5 anos	60 a 99 anos	N/A	

⁽¹⁾ A adição no valor de R\$ 1.427 refere-se ao adiantamento realizado para a compra de direito de usufruto da Fazenda Campinas, localizada no Município de Cachoeira, Bahia. Já a adição no valor total de R\$ 2.654, no consolidado e na Controladora, está relacionada ao desenvolvimento e aprimoramento de sistemas, destacando-se os principais sistemas SAP;

⁽²⁾ Refere-se substancialmente à aquisição de direitos reais de superfície sobre terras localizadas no Estado da Bahia em 2025;

⁽³⁾ Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, planta portadora e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Controlada adquiriu contratos de usufruto sobre terrenos localizados em Terra Nova e Cachoeira, Bahia, os quais foram classificados em Direitos e concessões no ativo intangível. Estes contratos conferem a permissão de utilização dos terrenos por um período de 99 anos cada, com todos os benefícios e responsabilidades legais associados ao seu uso.

Política contábil material

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de desenvolvimento, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o intangível em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - “*impairment*”.

Os ativos intangíveis são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Controlada concluiu que não há indicativos de perda relacionada a estes ativos.

13.a) Fornecedores

Os valores de fornecedores no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	63.345	46.630	10	48
Fornecedores internacionais	4.618	-	-	-
Total	67.963	46.630	10	48

A Controlada busca negociar com os seus fornecedores um prazo de pagamento de 30 a 90 dias, incluindo eventuais extensões de prazo com a cobrança de juros de acordo com os termos contratuais negociados com cada fornecedor. Durante o ano de 2025, o prazo médio de pagamento dos fornecedores foi de 26 dias (20 dias em 2024)

Política contábil material

Os fornecedores são contabilizados a custo amortizado, com valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, quando aplicável, cujos efeitos são refletidos no resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio do fechamento do exercício.

13.b) Reverse factoring de fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reverse factoring de fornecedores	4.142	-
Total	4.142	-
Circulante	4.142	-

A movimentação dos fornecedores *reverse factoring* da Controlada está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Efeitos no fluxo de caixa		
Captações	5.747	-
Amortização de principal	(1.694)	-
Efeitos que não afetam o fluxo de caixa		
Juros	89	-
Saldo em 31 de dezembro	4.142	-

Devido ao prazo de pagamento negociado entre 30 e 45 dias, determinados fornecedores buscam operações de *reverse factoring*. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para uma instituição financeira, da qual a Companhia passa a ser devedora de acordo com os termos contratuais negociados entre as partes envolvidas nessas transações.

Adicionalmente, a Controlada realiza operações de *reverse factoring*, nas quais uma instituição financeira antecipa o pagamento aos fornecedores e a Controlada passa a liquidar a obrigação diretamente com a instituição financeira, podendo os encargos financeiros ser suportados pelos fornecedores ou pela Companhia. Tais operações são apresentadas de forma segregada, por possuírem natureza distinta das transações comerciais usuais.

Em 2025, o prazo médio de pagamento das operações de *reverse factoring* foi de 86 dias. A média ponderada de encargos financeiros inclusos nas referidas operações foi de 2,17% a.m., patamar compatível com práticas de mercado e consistente com o tratamento previsto no IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Controlada não identificou risco relevante de liquidez associado a essas operações.

Política contábil material

Reverse factoring são passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que corresponde aos valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros remuneratórios.

A Controlada classifica como *reverse factoring* as operações em que há a mudança da contraparte credora para uma instituição financeira, mas não há alteração das principais características e condições comerciais usuais de pagamento de capital de giro da Controlada antes e depois dessas transações com seus fornecedores.

Para identificar se houve alteração substancial nas características e condições comerciais, a Controlada avalia principalmente eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de *default* usualmente observadas em contratos de dívidas.

MC Energia Renovável S.A.

As operações de reverse factoring são classificadas nas demonstrações dos fluxos de caixa como uma atividade operacional considerando-se as características dessas transações.

14) Tributos a recuperar e outras obrigações tributárias

Os valores de tributos ativos e passivos estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado		Consolidado		Controladora		Controladora	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
ICMS ⁽¹⁾	7.572	120	2.226	277	-	-	-	-
PIS e COFINS	18.571	326	5.575	96	-	2	-	94
Outros tributos	11	1.377	-	965	-	-	-	-
Total	26.154	1.823	7.801	1.338	-	2	-	94
Circulante	-	1.823	473	1.338	-	2	-	94
Não circulante	26.154	-	7.328	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Início das contratações e aquisições pela Acelen Renováveis de máquinas, equipamentos, insumos e serviços, dentre outros, a partir de 2024: (i) PIS/COFINS e PIS/COFINS Importação: viabilidade no aproveitamento de crédito mediante o enquadramento no lucro real e não cumulatividade do PIS/COFINS (Lei nº 10.637/02, 10.833/03 e 10.865/04). (ii) ICMS: viabilidade no aproveitamento de créditos na aquisição de insumos e bens destinados ao ativo imobilizado (Lei Complementar nº 87/96).

15) Partes Relacionadas

a. Reembolso de despesas - MCF

Conforme termo de reembolso, a empresa Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda, empresa do grupo Mubadala, pode a seu exclusivo critério, antecipar, em nome da Companhia determinados custos e despesas relacionadas às suas atividades, o quais deverão ser reembolsados pela Companhia à Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. nos termos previsto no contrato.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda	30	79	30	79
Total	30	79	30	79
Circulante	30	79	30	79

b. Compartilhamento de despesas - Mataripe

	Consolidado			
	Passivo			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Empréstimos	Outros passivos ⁽¹⁾	Total	Outros passivos
Refinaria de Mataripe S.A.	111.528	41.818	153.346	44.351
	111.528	41.818	153.346	44.351

MC Energia Renovável S.A.

⁽¹⁾ Refere-se a valores em aberto decorrentes de compartilhamento de despesas da Controlada (contrato de *cost sharing*) e financiamento por meio da emissão de nota de crédito. Os saldos relativos a 2024 foram quitados em 2025, em conformidade com previsão contratual de pagamento anual único.

	Consolidado				
	Resultado				
	31/12/2025			31/12/2024	
Despesa	Varição Cambial	Juros sobre empréstimos	Despesa	Varição Cambial	
Refinaria de Mataripe S.A.	(41.818)	(2.246)	(1.457)	(40.241)	38
	<u>(41.818)</u>	<u>(2.246)</u>	<u>(1.457)</u>	<u>(40.241)</u>	<u>38</u>

Política contábil material

O relacionamento entre as partes relacionadas com a companhia tem influência na gestão de negócios gerando efeito no balanço patrimonial, na demonstração do resultado e fluxo de caixa da companhia com o reconhecimento das transações, saldos existentes, compromissos e direitos entre as partes.

c. Partes relacionadas

No dia 14 de novembro de 2023, a Companhia celebrou um contrato de empréstimo com a empresa MC RD Investor, LP, uma sociedade em comandita estabelecida sob as leis da Província de Ontário.

O objetivo do contrato é a captação de um empréstimo para financiar o capital de giro e os fins corporativos gerais da Companhia e de sua subsidiária.

O montante de USD 30.000.000, correspondente a R\$ 145.110, foi recebido no dia 17/11/2023; A taxa de conversão utilizada (USD/Real) de R\$ 4,837. O prazo acordado para pagamento é em 14 de novembro de 2026.

Conforme estipulado no contrato de empréstimo, a Companhia pode optar por duas formas de pagamento de juros: diferidos, pagos integralmente na data de vencimento do contrato, ou à vista, pagos semestralmente nos últimos dias úteis de junho e dezembro, além da data de vencimento do contrato. Para cada opção, as taxas contratadas de juros serão aplicadas conforme a diferença entre as datas efetivas de pagamento.

A Companhia optou pela modalidade de juros diferidos. Nesse cenário, a taxa de juros começa em 12% ao ano em 2023 e é ajustada periodicamente, alcançando uma taxa final de 16,10% em 14 de novembro de 2026, data de vencimento do empréstimo. A taxa de juros efetiva é de 14% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2025 encontra-se registrado no no passivo circulante a seguinte posição para dívida do empréstimo com a MC RD Investor, LP.:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	212.227	145.110	212.227	145.110
Aporte	-	-	-	-
Juros	23.225	23.257	23.225	23.257
Varição cambial	(23.853)	43.860	(23.852)	43.860
Total	211.599	212.227	211.599	212.227
Circulante	211.599	26.476	211.599	26.476
Não circulante	-	185.751	-	185.751

MC Energia Renovável S.A.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal	Encargos financeiro	Total
2026	153.033	63.176	216.209

(1) O valor inclui os juros e mais a variação cambial.

c. Honorários da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não foi pago nenhum valor a pessoal-chave da administração.

16) Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	366.537	-	195.058	-
Efeitos nos fluxos de caixa				
Captação	419.069	348.750	-	168.750
Amortizações	(12.500)	-	-	-
Custo da Transação	(8.543)	(8.797)	-	-
Pagamento de encargos da dívida	(10.596)	-	-	-
Efeitos que não afetam os fluxos de caixa				
Encargos incorridos				
Juros	52.935	9.043	22.488	8.767
Amortização dos custos de transação	2.768	-	-	-
Variação cambial	(20.373)	17.541	(21.985)	17.541
Total	789.297	366.537	195.561	195.058
Curto Prazo	496.002	59.355	195.561	-
Longo Prazo	293.295	307.182	-	195.058

Controladora

A dívida da Controladora é composta por empréstimo captado em 1º de agosto de 2024 com AQUARIAN FA OPPORTUNITIES no valor de US\$ 30.000 de principal, correspondente a R\$ 168.750 com vencimento em 14 novembro de 2026.

Consolidado

Além da dívida da controladora acima, a controlada Acelen Energia Renovável S.A. possui em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 180.000 em principal relativo a:

MC Energia Renovável S.A.

- i) R\$120.000 de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2024, a Controlada obteve um empréstimo no valor de R\$ 257.913 junto ao BNDES para financiamento da implementação do Agripark (nota 10) e de outras atividades do seu programa de pesquisa e desenvolvimento. Os primeiros desembolsos foram realizados em dezembro de 2024, sendo R\$ 24.000 ao custo de Selic + 1,41% e R\$96.000 ao custo de TR + 2,2%, conforme estabelecido no contrato. Em março de 2025 ocorreram novas liberações nos valores de R\$ 68.800 e R\$ 17.200 ao custo de Selic + 1,41% e ao custo de TR + 2,2%, respectivamente. A liquidação do empréstimo será efetuada em 146 parcelas mensais, com a primeira parcela programada para julho de 2028
- ii) R\$60.000 em Notas Comerciais emitidas pelo Bradesco, com custo efetivo médio ponderado de 7,48% a.a. O Banco Bradesco S/A atua como responsável intermediário pela operação, com liquidação originalmente prevista em parcela única em junho de 2025. Em 2025, foi formalizada a prorrogação do prazo de pagamento do valor principal para junho de 2026, com alteração de taxa de juros de CDI + 2,10% a.a. para CDI + 2,30% a.a., não houve outras alterações relevantes no contrato. Em 2025 foi efetuado pagamento de juros no valor de R\$ 9.156.
- iii) Em julho de 2024, a Controlada contratou, nos termos da Resolução nº 4.131/2010, empréstimo no montante de US\$ 18.103 (equivalente a R\$ 100.273 na data da contratação) junto ao Banco do Brasil S.A., ao custo de 8,1% a.a., com juros pagos semestralmente. A liquidação do principal está prevista para julho de 2026.
- iv) Adicionalmente, em junho de 2025, a Controlada realizou nova captação por meio da emissão de três notas de crédito, junto ao HSBC, totalizando R\$ 125.000, tendo sido efetuados, a partir do terceiro trimestre de 2025, pagamentos de amortização de principal no montante de R\$ 12.500 e R\$ 1.440 de juros.
- v) Em outubro de 2025, a Controlada realizou captação de recursos por meio da emissão de Nota Comercial em favor da Refinaria Mataripe S.A., no montante de US\$ 20.000 (equivalente a R\$ 107.796 mil na data da captação). A operação é remunerada ao custo de 7,25% a.a. A liquidação do principal está prevista para ocorrer em outubro de 2026.
- vi) Em 2025 a Controlada possuía R\$ 608.308 (R\$ 180.276 em 2024, equivalente a R\$ 180.000 de principal e R\$ 279 de juros) em financiamento com custo efetivo médio ponderado de R\$ 8,57% a.a. (7,48% a.a. em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nas interpretações e nos julgamentos da Administração a respeito das definições contidas no referido contrato, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas exigidas, com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras da sua controlada Acelen Renovável no prazo de 90 dias auditadas por auditores independentes; (ii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo às leis ambientais; (iii) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que sua controlada Acelen Renovável conduza seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que institua e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento.

A Companhia não possui cláusulas vinculadas a indicadores financeiros.

Levando em consideração a projeção futura da PTAX estimada para juros e variação cambial teremos as seguintes movimentações no passivo da Companhia nos próximos anos:

	Controladora		
	Principal	Encargos Financeiros	Total
2026	152.528	48.456	200.984
	152.528	48.456	200.984

MC Energia Renovável S.A.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal	Encargos Financeiros (1)	Total
2026	448.607	70.863	519.470
2027	25.000	4.479	29.479
2028	33.466	7.968	41.434
2029	41.932	12.193	54.125
2030	29.432	11.867	41.299
2031 em diante	163.671	201.949	365.620
	742.108	309.319	1.051.427

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros da controlada, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas pós), considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos.

Cláusulas restritivas (covenants)

O contrato que a Companhia possui requer a manutenção e cumprimento de “covenants” não financeiros em determinados níveis. Em 31 de dezembro de 2025, os referidos índices foram cumpridos.

17) Salários e encargos sociais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e outras remunerações	21.281	14.424
Encargos sobre a folha	5.024	3.662
Total	26.305	18.086
Circulante	26.305	18.086

Política contábil material

A Controlada reconhece as despesas com a remuneração dos colaboradores, incluindo salários, benefícios (como vale-transporte e vale-alimentação), encargos sociais obrigatórios (INSS, FGTS e IRRF) e o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), conforme estabelecido em acordo coletivo. As provisões mensais para férias e 13º salário são igualmente realizadas.

18) Outros passivos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar partes relacionadas (Nota 15b)	41.818	44.351
Encargos financeiros	280	274
Reembolso a funcionários	10	31

MC Energia Renovável S.A.

Total	<u>42.108</u>	<u>44.656</u>
Circulante	42.108	44.656

19) Patrimônio líquido negativo

a. Capital social

A composição do capital social da Sociedade é da seguinte forma:

Composição do capital social

	<u>2025</u>
MC Brasil Brasil Energy (Fundo de Investimento em Participações Resp. Limitada)	100%
Total	<u>100%</u>

Em 18 de maio de 2023, os acionistas da Companhia subscreveram 400 ações ordinárias sem valor nominal, emitidas a R\$1,00 (um real) cada, de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Estas ações são de propriedade exclusiva da única sócia, MIC Capital Partners (Brazil Strategic Opportunities) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior.

Em 18 de maio de 2023, os acionistas Luis Guilherme de Souza Silva e Lawrence Santini Echenique subscreveram 400 ações ordinárias, das quais apenas 10% do valor do capital social subscrito foram integralizados.

Em 17 de outubro de 2023, conforme registrada na Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas Luis Guilherme de Souza Silva e Lawrence Santini Echenique transferiram todas as suas cotas para o novo acionista, MIC Capital Partners (Brazil Strategic Opportunities) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior.

Em 20 de dezembro de 2023, o acionista MIC Capital Partners (Brazil Strategic Opportunities) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior, integralizou os 90% restante do capital social.

Durante o ano de 2025 tiveram as seguintes movimentações no capital da companhia:

Valores em reais

Alterações societárias

	Transferência de cotas	Total de cotas	%
MIC Capital Partners (Brazil Strategic Opportunities)	(400)	-	-
MC Brazil Renewable Energy (Fundo de Invest em Part Resp. Ltda)	400	400	100%
	<u>-</u>	<u>400</u>	<u>100%</u>

b. Prejuízo por ação - valores em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do período	(325.847)	(239.138)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	400	400
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(815)</u>	<u>(598)</u>

Não há efeitos diluidores na Companhia e, por isso, o prejuízo básico e diluído por ação são os mesmos.

20) Despesas gerais e administrativas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
Serviços contratados, fretes, aluguéis e armazenamento	(134.862)	(95.335)	(327)	(2.917)
Pessoal	(108.813)	(44.057)	-	-
Depreciação e amortização	(8.184)	(296)	-	-
Despesas com viagem	(11.715)	(190)	(1.000)	(190)
Impostos, taxas e contribuições	(714)	(316)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	(7.870)	-	-	-
Doações	(5.054)	-	-	-
Outros	(4.065)	(10.580)	(100)	(1.198)
Total	<u>(281.277)</u>	<u>(150.774)</u>	<u>(1.427)</u>	<u>(4.305)</u>
Despesas gerais e administrativas	(276.987)	(149.621)	(1.427)	(3.152)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(4.290)	(1.154)	(11)	(1.154)
Total	<u>(281.277)</u>	<u>(150.774)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>(4.305)</u>

21) Resultado financeiro líquido

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras				
Receita com aplicações financeiras	20.983	11.600	4.704	5.115
Outras receitas financeiras	254	-	-	-
Tributos sobre receitas financeiras	(1.173)	(399)		

MC Energia Renovável S.A.

	20.064	11.201	4.704	5.115
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	(56.736)	(319)	(23.521)	-
Encargos financeiros de mútuos	(22.191)	(29.984)	(22.191)	(29.984)
Comissão por linha de crédito	(19.086)	(4.757)	-	-
IOF	(6.327)	(2.401)	-	-
Outras despesas financeiras	(3.567)	(456)	(221)	(247)
	<u>(107.907)</u>	<u>(37.918)</u>	<u>(45.933)</u>	<u>(30.232)</u>
Outros resultados financeiros, líquido				
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	186	62	-	-
Variação cambial de dívidas	44.312	(61.292)	45.868	(61.303)
	<u>44.498</u>	<u>(61.230)</u>	<u>45.868</u>	<u>(61.303)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(43.345)</u>	<u>(87.946)</u>	<u>4.639</u>	<u>(86.419)</u>

22) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade

a. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa de gerenciamento de riscos aprovado pelo Conselho de Administração. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

i. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas e com instituições financeiras de reconhecida liquidez.

b. Reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação as condições vigentes no mercado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas, classificadas e mensuradas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	57.012	-	57.012	234.392	-	234.392
	57.012	-	57.012	234.392	-	234.392
Passivos financeiros						
Fornecedores	67.963	-	67.963	46.630	-	46.630
Fornecedores reverse factoring	4.142	-	4.142	-	-	-
Valores a pagar de arrendamento	2.677	-	2.677	-	-	-
Parte relacionadas	211.629	-	211.629	26.554	-	26.554
Empréstimo e financiamento	789.297	-	789.297	366.537	-	366.537
Outros passivos	42.108	-	42.108	44.656	-	44.656
	1.117.816	-	1.117.816	484.378	-	484.378

	Controladora			Controladora		
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2.527	-	2.527	85.757	-	85.757
	2.527	-	2.527	85.757	-	85.757
Passivos financeiros						
Fornecedores	10	-	10	48	-	48
Parte relacionadas	211.629	-	211.629	26.554	-	26.554
Empréstimo e financiamento	195.561	-	195.561	195.058	-	195.058
	407.200	-	407.200	221.661	-	221.661

Prática contábil

Para mais detalhes veja descrição das práticas contábeis na nota explicativa nº 3.

c. Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

d. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 30 dias úteis (90 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de juros vigentes referenciado por fonte externa (Banco Centro do Brasil - CDI).
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus instrumentos financeiros. A Companhia não tem instrumentos financeiros com risco de perda atrelado ao CDI.

Risco de taxa Fechamento Ptax: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxa dólar incidente sobre passivos financeiros. Abaixo estão apresentados os impactos para cada cenário estimado em relação ao saldo contábil:

Controladora e Consolidado

Operação	Risco	Indexador em 31/12/2025	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
				5,50	5,78	5,24
Operações em USD						
Empréstimos e financiamentos	Alta do USD	5,5018	789.297	(258)	39.194	(36.984)
Exposição líquida				(258)	39.194	(36.984)

(a) Banco Central do Brasil

(b) Focus - Relatório de Mercado

23) Transações não envolvendo caixa

Descrição	31/12/2024	Movimentação caixa	Consolidado				31/12/2025
			Movimentação não caixa			Resultado	
			Clientes e fornecedores	Arrendamentos	Partes relacionadas		
Contas a receber	-	-	(1.211)	-	1.211	-	-
Estoque	16.101	33.743	-	-	-	1.372	51.216
Ativo biológico	-	1.372	-	-	-	(1.372)	-
Imobilizado	170.433	129.235	(7.996)	-	-	(5.043)	286.629
Planta portadora	-	15.749	5.097	-	-	-	20.846
Intangível	9.457	87.107	26.423	-	-	(2.048)	120.939
Direito de uso	-	-	-	3.625	-	(1.093)	2.532
Empréstimos	171.479	387.403	27	-	-	34.827	593.736
Partes relacionadas	-	-	(2.748)	-	3.505	(757)	-

24) Eventos subsequentes

Em fevereiro, março e abril de 2026, foram aprovados, em Assembleias Gerais Extraordinárias, aumentos de capital da Companhia nos montantes de R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais), R\$ 38.497.500 (trinta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos reais) e R\$ 35.626.889 (trinta e cinco milhões, seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e nove reais), respectivamente, todos integralizados em moeda corrente nacional, com efeitos a partir do respectivo registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Os recursos foram integralmente aportados na investida.

Diretoria executiva

Leonardo Armando Yamamoto
Diretor

Rodrigo Romualdo Moreira
Diretor

Sergio Carvalho Dias Carneiro
Diretor

Erika Caleia Bernardo
Contadora
CRC/RJ-099696/O